

Maria Quitéria

Boletim do Movimento Feminino pela Anistia. Ano II nº 3. Julho de 1978.

SBPC
A luta contra as
cassações brancas

É hora de esquecer?

Presos políticos e exilados. (págs. 8 e 9)



Francisco Weffort
"Unidade do
Movimento operário
e do movimento
sindical que não
dependa do Estado."
(pág. 13)

"Bispo Dom Angélico
O povo foi colocado
numa casa mal assombrada
e, contra isso,
só a reunião e a organização." (pg. 12)

"O país não é convento nem
quartel". Ministro Hermes Lima (pg. 7)

No dizer de Rui
"a pátria é a família amplificada"
É inconcebível a família divida, pois a pátria
não é propriedade de
nenhuma parcela de seus filhos. É imperioso,
pois a pacificação." (pg. 5)



Contribua com o Movimento Feminino pela Anistia. Pague Cr\$ 10,00 por este exemplar.



A sra. Carter

A Sra. Carter
Exma. Sra. Rosalyn Carter
Delegada Oficial do Governo dos Estados Unidos da América do Norte.

A mulher brasileira congregada no MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA e que se fez representar oficialmente na Conferência do Ano Internacional da Mulher no México em 1975, trabalhou em conjunto com grupos de Paz, de Não-Violência e de Mulheres Americanas que pediam Anistia aos resistentes de guerra.

Apartidárias como somos, trabalhamos com princípios absolutos: Liberdade e Justiça, sentido da realização do Ser Humano através do seu destino histórico.

No campo dos valores humanos, não há lugar para tergiversações: ou se é Justo ou Injusto; ou se é Livre ou Escravo. Neste posicionamento, comungamos com a Mulher Americana em sua recente luta e vitória pela Anistia, Direitos Humanos e Paz.

Foi-nos muito grato sentir a vontade do Povo Americano, emergindo da noite macartista para a aurora da luta pelos Direitos Humanos.

Nós, mulheres brasileiras, que hoje lutamos pela Anistia e Direitos Humanos, felicitamos e louvamos o ato do Presidente Carter que deu solução ao caso dos resistentes de guerra, tão crucial para a grande Nação Americana.

Vemos a figura de V. Exa. como o legítimo símbolo da Mulher Americana sempre pronto a se irmanar e a combater pelas causas justas.

Com esperança no coração, aguardamos que nosso posicionamento chegue ao conhecimento do Mundo Feminino dos Estados Unidos.

Queira V.Exa. aceitar a alta expressão de respeito e admiração que lhe votam as mulheres brasileiras do MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA, empenhadas pela Paz e Justiça nesta nossa Pátria.

Therezinha Godoy Zerbine
Brasília, 7 de junho de 1977.

A resposta de Washington

Exma. Sra.
Therezinha Godoy Zerbine

Tenho o prazer de informar a Vossa Senhoria que sua atenciosa carta foi recebida em Washington, pelas autoridades de meu país, que solicitaram a esta Embaixada que lhe agradecesse.

Arthur Giese
Primeiro Secretário da Embaixada dos Estados Unidos da América do Norte.

Brasília, 21 de dezembro de 1977.

Carta de uma menina

Ao MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA

Sou uma menina brasileira, nascida no México, filha de pais exilados neste país amigo. Há sete anos que não vejo meu pai, ele está na Suécia. É formado em arquitetura e tem doutorado. Não tem condições de voltar ao Brasil porque não possui passaporte nem garantias de volta.

Eu pergunto: Não faz parte dos direitos humanos ter pai? Os responsáveis públicos por nós crianças brasileiras, que somos muitas fora do Brasil, não nos dão este direito da presença de um pai querido?

Muitos filhos crescem e casam sem ver seus pais. Muitos pais morrem sem ver seus filhos. Só tem uma maneira de acabar com este desencontro com a família brasileira: "ANISTIA". "ANISTIA" para todos os brasileiros idealistas e bons.

Mariana Pereira Yárzea
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1977.

Resposta do Superior Tribunal Militar

Presidente do Superior Tribunal Militar.

O MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA vem respeitosamente reiterar pedido feito dia 8 p.p. este agosto Tribunal levando-se em conta a pena imposta, Carlos Alberto Azevedo e Rholine Cavalcanti. A quebra do isolamento carcerário viria atender justa aspiração. O rigor car-

cerário fere consciência jurídica Nação e a Declaração Universal Direitos Humanos.

São Paulo, 5 de dezembro de 1977.

Ao governador Faria Lima

Excelentíssimo Governador Faria Lima
Governador do Estado do Rio de Janeiro.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA acompanha angustiado caso presas políticas Presídio Talavera Bruce. Sentido solução atenda ambas as partes. Caso aceite ofereçamos bons ofícios nosso MOVIMENTO NACIONAL

Saudações
Ilma. Sra. Dra. Therezinha Godoy Zerbine

Agradecendo recebimento telegrama 8 corrente participo Governo Estado tomou providências julgadas necessárias.

Floriano Faria Lima
Governador do Estado do Rio de Janeiro

Expediente

Diretor responsável:
Nicomdemus Pessoa

Editores Contribuintes:
Ana Maria Garcia
Lenira Machado Dantas
Margarida Naves Fernandes
Maria Bernadete Fernandes Oliveira
Norma do Valle
Therezinha G. Zerbine

Colaboradores:
Dom Angelico Sandalo Bernardino
Francisco C. Weffort
Alceu Amoroso Lima

Esta publicação é propriedade do Movimento Feminino pela Anistia. Endereço (redação): Rua José de Freitas Guimarães, 209 - SP. Composto e impresso nas oficinas da PAT - Publicações e Assistência Técnica Ltda. Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412 - Fone: 853-7461 - São Paulo





Não se trabalha sobre aquilo que não foi definido.

Aprendemos a raciocinar historicamente em grandes períodos históricos, mas existem certas etapas na vida social e política de um país nas quais os fatos e acontecimentos passam a ter uma dinâmica própria e nós, homens, agentes e sujeitos da História, nos vemos envolvidos num torvelinho de acontecimentos. Passamos a não ter tempo nem para refletir sobre o que estamos vivendo.

São os momentos de crise. É o momento em que vivemos.

Após 1964, com a imposição da exceção, com um aparelho repressivo montado, os trabalhadores da cidade e do campo, os intelectuais, os estudantes viram pouco a pouco seus direitos, fruto de lutas passadas, serem esmagados um a um.

Para aqueles que tentaram resistir e se opor ao arbítrio, existiam os cárceres, as torturas, a morte. O silêncio foi a forma de sobreviver à prepotência, na medida em que, nos últimos anos, não havia condições de reação organizada.

Porém, por baixo do silêncio, a insatisfação existe; fruto do arrocho, os salários se aviltaram tanto que amplas parcelas das massas trabalhadoras mal têm com que sobreviver. Lutar pela melhoria dos salários tornou-se necessário, como tornou-se também romper a angústia sufocante a que os oprimidos foram lançados.

E, novamente, a História prova, não há excepcionalidade que possa durar indefinidamente. Enquanto ela dura, amadurecem as condições para o surgimento de uma Oposição forte e legítima.

É o momento que vivemos.

Quando, em 1975, começamos a falar em anistia, começamos também a afastar e vencer o medo que nos tolhia. 1975 foi um ano em que a repressão atuou fortemente; foi um ano de terror policial, particularmente em São Paulo. Foram realizadas prisões em massa, multiplicaram-se as torturas. É bom que não nos esqueçamos de Wladimir Herzog; é bom que não nos esqueçamos de Manuel Fiel Filho.

Foi neste contexto que nos lançamos como Movimento Feminino pela Anistia. Sabíamos que não podíamos recuar, que tínhamos que ir em frente.

Sentimos o afastamento de pessoas e a solidariedade e o engajamento de outras tantas.

Erramos muito, mas também acertamos. O peso dos erros, sentimos no dia-a-dia da incompreensão e do mal-entendido; os acertos, sentimos no trabalho miúdo, na ampliação da luta pela anistia, nas organizações que surgem, no apoio cada vez maior, no recuo do arbítrio.

Hoje, a Oposição já não é mais silenciosa.

Ela se manifesta nos atos públicos, no nível de organização das camadas democráticas da população, no apoio e solidariedade às greves de fome dos presos políticos, nas greves operárias, na consciência de lutar por seus direitos.

Hoje, ela ergue sua voz.

Embora o Poder hoje se mostre desgastado, tem ainda muitas forças de reserva. Não nos iludamos com a aparente derrocada das instituições. E, conquanto sejamos fracos, nossa força deverá provir da unidade — e esta constrói-se na prática comum.

Muitas são as concepções existentes no seio da

Oposição; muitos são os caminhos a serem traçados; porém, achamos que o debate dessas divergências só poderá nos enriquecer e fortificar. E tão mais rico e frutificador ele será quanto mais espaço político e liberdade para desenvolvê-lo conquistemos.

A democracia, a anistia, a liberdade, o direito à livre organização, o direito de uma vida digna, o direito à greve, o fim da censura são conquistas — e estas terão seu conteúdo qualitativo e quantitativo em íntima correspondência ao grau de organização da Oposição e de sua capacidade de manter-se unida.

No momento, para que tenhamos condições de construir um Trabalho unitário, pensamos ser imprescindível que cada organização e grupos da Oposição deixem claro sua visão de unidade.

Pensamos que em qualquer trabalho unitário o que tem de ser preservado é a independência dos grupos que atuam juntos, havendo necessidade imperiosa de respeito mútuo e fraterno.

A miopia política a que ainda estamos acostumados nos leva a confundir grupos da Oposição com o inimigo comum. Isto acontece com muita frequência quando, nos embates políticos, se perde a objetividade confundindo o secundário com o principal. Rompe-se com quem poderia marchar junto, esquecendo que desta forma enfraquecemos a Oposição como um todo.

Nada impede, todavia, que um grupo leve à prática o que considere justo, e ao mesmo tempo, desenvolva um trabalho unitário em cima de pontos comuns.

Desta forma, achamos que a questão crucial aqui colocada é a da subordinação da minoria à maioria dentro de um trabalho unitário de convergência de esforços.

O trabalho unitário não é um partido político em que se respeita o princípio da subordinação da minoria à maioria. Ele pressupõe a existência de divergências, pois caso contrário não existiria sua necessidade, uma vez que teríamos uma única oposição organizada.

Com a subordinação através do voto (instrumento aqui aparentemente democrático) o que mascaramos são nossas divergências; devemos, ao contrário, localizá-las, expô-las à luz do dia e debatê-las de modo franco.

Consideramos que nesta questão o voto é um instrumento aparentemente democrático, porque, na medida em que não se levam em conta os programas e estatutos ou qualquer outro instrumento normativo das entidades, organizações ou grupos que compõem o trabalho unitário, estamos fazendo com que o representante das entidades que forem voto vencido, muitas vezes se contraponham às resoluções internas de sua entidade. Em segundo lugar, nos momentos como o que vivemos, muitas vezes entidades aparentemente frágeis, têm um coeficiente de representatividade social muito maior que a aparente maioria.

Dentro desta visão de trabalho unitário é que se coloca nossa tese fundamental: o trabalho unitário, para ter continuidade e crescer, deixando de ser momentâneo, tem que basear-se no CONSENSO.

Portanto, a questão que aqui se coloca é de como conseguir o consenso.

Não se trabalha sobre aquilo que não foi definido.

A lealdade, a franqueza nas discussões dessas questões é que criarão as condições básicas para um forte trabalho unitário.



Que a Anistia passe à história.



Após quase dois anos de árduo trabalho e núcleos formados em todo o país, a Direção Nacional do M.F.P.A. sentiu a necessidade de reunir os diversos núcleos a fim de darmos um balanço do terreno conquistado até o momento.

A convocação foi feita e todos os núcleos se fizeram representar. Os dias aprezados para o encontro foi de 8 a 10 de dezembro.

Dia 8, Dia da Justiça e de Nossa Senhora, foi reservado para uma entrevista coletiva de imprensa, onde se fizeram representar a grande imprensa do Sul do país. Realizou-se no Hotel Eldorado, seguido de um almoço de confraternização. As dezessete horas foi realizado um culto ecumênico na capela de Nossa Senhora do Sion. A

celebração foi uma comemoração ao Dia da Justiça, quando foi lembrado a Declaração Universal dos Direitos Humanos e lida em jogral por mulheres do M.F.P.A. Na hora das orações e pedidos, um dos pedidos feitos foi: "Senhor, que a greve de fome dos presos de Itamaracá cesse com o atendimento da aspiração justa de homens que lutam com suas vidas para ver mino- rado seus sofrimentos".

Dia 9 - trabalho executivos, com a elaboração do Plano Piloto, que viria dar ao trabalho um caráter unitário. À noite, na Câmara Municipal de São Paulo, conferência da escritora gaúcha, Mila Cauduro, presidente do núcleo do Rio Grande do Sul, sobre o tema: "A Importância do Papel da Mulher na Vida Política".

Dia 10 - encerramento dos trabalhos do encontro e divulgação à imprensa de um documento que representou a vontade unitária das mulheres que participam do M.F.P.A.

O Documento

"No momento histórico em que a nação brasileira anseia pela redemocratização do país.

No instante em que o exmo. sr. presidente da República promete devolver ao país a sua mais alta aspiração que é a democracia, admitindo abertamente a possibilidade da eliminação da legislação de exceção, reconhecendo, assim, o regime de excepcionalidade existente, nós, mulheres brasileiras do MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA em nosso 1º Encontro Nacional, firmamos o seguinte posicionamento:

Que sejamos nós, em meio ao obscurantismo dos estados de fato e do arbitrio a chama acesa da consciência nacional do estado de direito, clamando pela anistia política ampla, já que não existem, para estado nenhum, ideais mais altos que os da Justiça e a liberdade;

Acreditamos que nenhuma abertura política consequente, desde a crise que instalou o país em regime de exceção, será possível sem anistia política ampla.

Acreditamos, também, que somente a Constituinte com representação popular poderá restabelecer a ordem legítima, como legítima aspiração do povo.

Com base nessa crença, solicitamos ao exmo. sr. presidente da República, que sejam adotadas medidas imediatas;

- Em face da abordagem da pena do exílio;
- Em face do fato de o governo negar nacionalidade aos filhos dos nossos exilados;
- Em face dos reais motivos das greves de fome dos presos políticos de Talavera Bruce e Itamaracá.

Com a certeza absoluta que dizendo assim exprimimos o legítimo pensamento da família brasileira, nós, mulheres brasileiras do M.F.P.A., perante a nação, reafirmamos neste documento histórico o compromisso de não descansar enquanto nossos objetivos não forem atingidos na sua totalidade.

E exprimimos nosso mais profundo desejo e o mais sincero pedido para este Natal;

Quem em nenhum lar haja crianças, homem ou mulher chorando a ausência dos seus entes queridos;

Que nenhum preso político, exilado, banido, desaparecido ou atingido pelos atos de exceção, comemore no cárcere ou no exílio a data do nascimento de Jesus, o redentor da humanidade;

E que, o gesto da assinatura da anistia passe para a História como o gesto da redenção do Brasil".





As atividades do MFPA

BAHIA

No dia 15 de outubro de 1977, o Núcleo de Salvador fez um show "Noite pela Liberdade" no Teatro Vila Velha, com a participação de mil pessoas. Houve exposição de quadros, fotografias e livros e o show foi feito por grupos artísticos de expressão da Bahia, bem como artistas do Sul. Na ocasião foi distribuído um manifesto poético que aqui transcrevemos: "Sim, somos irmãs, filhas e mães, mas antes de tudo, mulheres e companheiras da luta dos brasileiros de hoje e amanhã. Não queremos ser a memória de 'compassivas testemunhas de uma ordem que não escolhemos'". No dia 14 de maio, de 1978, Dia das Mães, o Núcleo Baiano fez uma mensagem pela paz da família brasileira, que foi distribuída em todas as igrejas de Salvador.

GOIÁS

No dia 16 de março houve reunião para a formação do Núcleo embrionário. No dia 8 de maio, o Núcleo Goiano deu apoio aos familiares dos presos políticos que se encontravam no Saguão do Palácio do Planalto.

MINAS GERAIS

No dia 15 de junho de 1977, foi feito o lançamento oficial do Núcleo do M.F.P.A. de Minas Gerais, no Santuário de Santo Antonio em Belo Horizonte. Na ocasião, organizou-se uma palestra feita no próprio local, com a presença de cerca de 70 pessoas.

No dia 25 de agosto de 1977, dia consagrado a Duque de Caxias, Patrono do Exército Brasileiro, mulheres do Núcleo de Minas correram às redações com documentos em que exigiam anistia ampla e geral a todos aqueles atingidos pelos atos de exceção, e dizendo sentir que "a tão falada preocupação do governo com a segurança do País cada vez mais vem criando uma situação de intranquilidade, de incerteza para nós, para todos os brasileiros, para cada um de nossos lares".

No dia 22 de outubro de 1977, fez-se o Encontro Regional dos Núcleos do M.F.P.A. de Belo Horizonte, em que foi discutido o porque de Movimento Feminino. O Encontro foi feito no Colégio do Sindicato dos Bancários, com a participação de 300 pessoas. Foi dada uma coletiva de imprensa, que foi televisonada e levada ao ar pela TV Globo.

RIO DE JANEIRO

No dia 14 de junho de 1977, o MFPA fez parte da mesa redonda sobre anistia, na Universidade Católica. Estavam presentes, entre outros, o escritor Alceu Amoroso Lima (que se fez representar por escrito), o historiador Hélio Silva, o presidente do DCE da Universidade Fluminense, o advogado Modesto Silveira, o jornalista Marcos Gomes, do jornal **Movimento**, e Edila Mangabeira Unger (mãe de uma exilada política).

No dia 6 de dezembro de 1977, comemorou-se, na sede da ABI, o 30º ano da assinatura da Declaração dos Direitos Humanos, juntamente com outras entidades. A Presidente da Renovação Cristã, Dna. Branca Moreira Alves, presidiu a reunião, e o M.F.P.A. fez uso da palavra.

PARANÁ

A partir do dia 19 de março de 1978, quando se efetuaram prisões em Curitiba, destacou-se a atuação da Presidente local, Prof. Neide Azevedo Lima. Em trabalho conjunto com cerca de 30 entidades, dentre elas a Comissão de Justiça e Paz, a OAB, o M.D.B. e contando ainda com a colaboração de Patricia Fenev da Anistia Internacional e a opinião pública mobilizada; juntaram-se todos os esforços para a libertação de todos os presos.

SÃO PAULO

No dia 7 de setembro do ano passado, o MFPA enviou a seguinte nota aos jornais de São Paulo:

"Quando a Pátria comemora a sua Data Magna, necessária se faz a reflexão de seus filhos. No dizer de Ruy, 'a Pátria é a família amplificada'. Assim sendo, é inconcebível a família dividida, pois a Pátria não é propriedade de nenhuma parcela de seus filhos. É imperioso, pois, a pacificação da família nacional.

A Pátria está acima das divergências políticas e dos interesses peculiares. O conceito de Pátria é bem amplo e abrange elementos diversos que se unem para formá-la: 'O solo, o céu, o povo, a tradição, a consciência, o lar, o berço do filho e o túmulo dos antepassados, a comunhão da lei, da língua e da liberdade'. O Movimento Feminino pela Anistia, cuja finalidade precípua é a reunificação da família nacional, através da outorga da anistia a todos os patriotas, nossos irmãos, excluídos momentaneamente do seio da Pátria.

O Movimento Feminino pela Anistia conclama à reflexão e à avaliação do quadro da realidade neste 7 de setembro de 1977. Faz ainda a sua profissão de fé no ideal que o inspira, esperando que a pacificação da família brasileira se faça em futuro próximo para o gaudir de todos os filhos deste nosso amado Brasil".





PERNAMBUCO

No dia 2 de dezembro de 1977 foi feita uma vigília em solidariedade e defesa dos direitos humanos dos presos políticos de Itamaracá e pela anistia ampla e irrestrita. Foi realizada na igreja da Boa Vista, com a participação de várias entidades.



No dia 10 de dezembro de 1977, em conjunto com o Centro de Defesa dos Direitos Humanos, da Arquidiocese da Paraíba, o núcleo pernambucano fez a comemoração do 30º aniversário da assinatura da Declaração dos Direitos Humanos, no Colégio Lurdinas.

CEARÁ

No dia 3 de julho de 1977 o Núcleo de Fortaleza promoveu uma discussão pública sobre a Constituinte, quando foram enviados de São Paulo, a pedido de sua Presidente, 500 exemplares de nosso "Maria Quitéria".

No começo de Maio de 1978, o Núcleo local fez uma Vigília na Igreja do Sagrado Coração de Jesus, pelos presos políticos de Itamaracá, em conjunto com familiares de presos políticos.

SANTA CATARINA

No dia 25 de novembro de 1977, foi feita a instalação do Núcleo de Santa Catarina, na sede da Assembléia Legislativa. O novo núcleo organizou palestra sobre o tema "Anistia é Liberdade".

No dia 26 do mesmo mes, Dom Paulo Evaristo Arns falou na Assembléia Legislativa e fez conferência sobre Direitos Humanos. O Núcleo local esteve presente e fez parte da mesa.

SERGIPE

No dia 14 de maio de 1978, na sede da Assembléia Legislativa, foi inaugurado o núcleo do M.F.P.A. local. A Assembléia estava lotada. A Direção Nacional mandou documento que foi

lido e Dona Izabel Sant'Ana, Presidente do Núcleo da Bahia, designou a Vice-Presidente Angela Franco para representar o Núcleo Baiano e a Direção Nacional.

RIO GRANDE DO SUL

No dia 12 de dezembro de 1977, foi distribuída nota pelo Núcleo do Rio Grande do Sul, proclamando "os homens de boa vontade, organizações, sindicatos, e estudantes a se mobilizarem numa cruzada de solidariedade fraterna ao nosso compatriota Flavio Tavares que se encontra morrendo nos cárceres do Uruguai".

O Núcleo gaúcho mandou carta de agradecimento ao presidente Jimmy Carter por ter concedido asilo a Leonel Brizola, ex-governador do Rio Grande do Sul, e que foi expulso do Uruguai em 19 de setembro.

No dia 12 de abril de 1978, o M.F.P.A. do Rio Grande do Sul e o setor jovem estadual do MDB promoveram a Semana da Anistia, que foi feita para ser lembrada a grande Anistia de 1945. As duas entidades organizaram uma conferência, seguida de debate livre sobre a Anistia, tendo como conferencista o Gal. Pery Bevilacqua, ex-Ministro do Superior Tribunal Militar. A conferência foi feita na Assembléia Legislativa.

Novos Comitês de Anistia

O MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA assumiu perante a Nação e a História a responsabilidade de ver deflagrada em 1975, "Ano Internacional da Mulher", a luta pela Anistia em nosso país, tendo como idéia a preliminar de pacificação, visando em última análise a Unidade da Nação.

Nunca tivemos a pretensão de comandar uma grande campanha pela Anistia, mas moveu-nos o desejo sincero de manter viva a chama, explicando o que é Anistia, o porque da Anistia e a necessidade de Anistia.

Foi com grande alegria que vimos brotar o fruto de nosso trabalho, através de Comitês, novos núcleos, movimentos diversos, todos pelo mesmo ideal de Liberdade e Justiça. Dentre estes movimentos e Comitês, o primeiro lançado oficialmente foi o "Comitê Brasileiro pela Anistia", em 14 de fevereiro de 1978, na sede da Associação Brasileira de Imprensa, cuja Presidente é a Sra. Eni Raimundo Moreira, sendo no Rio de Janeiro sua sede.

Em 15 de abril de 1978, foi fun-

dado o Comitê Goiano pela Anistia, em Goiânia.

A 18 de Abril de 1978, em Salvador, foi lançado o segundo Comitê Brasileiro pela Anistia, que é regido por um colegiado.

Em 11 de maio, ainda dentro do clima vivido pelos advogados e estudantes, foi lançado o Comitê Estudantil Independente pela Anistia, de Curitiba.

A 12 de maio, foi lançado, na Câmara Municipal de São Paulo, o Comitê Brasileiro pela Anistia, seção São Paulo, que congrega várias entidades que lutam por Direitos Humanos, artistas, DCE-PUC, Arquidiocese de São Paulo, Movimento Feminino pela Anistia-SP, familiares de presos políticos, Movimento Unidade e Participação, CEBES e outras entidades afins, além de representantes, de várias comunidades.

A 13 de maio, ocorreu o lançamento, em Londrina, do Comitê Brasileiro pela Anistia, seção Londrina, com a participação de jornalistas, advogados, profissionais liberais e estudantes.

A 14 de maio, foi lançado, na sede da Assembléia Legislativa de Sergipe, o núcleo sergipano do MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA, cuja Presidente é a assistente social Nubia Marques.

A 24 de maio, foi lançado um Comitê Independente no Rio Grande do Norte, composto por advogados, integrantes do CEBES e do MDB.

A 9 junho, ocorreu o lançamento do Comitê pela Anistia de Santos, no colégio São José.

A 16 de junho, foi lançado o Embrião do Comitê pela Anistia em São Carlos.

Em todos os lançamentos acima mencionados, o MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA se fez representar através de documentos e presença física.

No dia 18 de junho, foi feita a instalação do Comitê de Anistia de Brasília. Foi Presidente de honra Dom Thomaz Balduino, bispo de Goiás, que em sua fala afirmou que "a Anistia só seria possível com o fim dos atos exceção".





O 18 de abril e suas repercussões



A passagem do 18 de abril pela primeira vez mereceu uma comemoração a nível nacional, comemoração essa "decretada pelo povo" no dizer do historiador Hélio Silva. A consciência política brasileira encontrou formas de expressão ao lembrar o 33º aniversário da Anistia decretada no ano de 1945 por Getúlio Vargas. Assim, o M.F.P.A. promoveu de norte a sul manifestações públicas, associado às demais entidades igualmente empenhadas na luta pela Anistia, estabelecendo o elo entre a atitude reconciliatória de 1945 e a bandeira de hoje, de luta por uma Anistia Ampla como uma das formas de alterar o estado de injustiças a que está submetida a nação brasileira. Lembrou o M.F.P.A. a intranquilidade de milhares de lares, desestruturados pela ausência de seus familiares presos, banidos, exilados ou desaparecidos; a inconformidade de crianças de todas as idades, privadas da convivência e apoio de seus pais; a insegurança em que se encontra a Nação face ao grave desrespeito aos direitos humanos; o clima de censura que impede o desenvolvimento da arte, de uma imprensa livre e de uma ciência crítica comprometida com a realidade; a marginalização em que se encontra o poder judiciário no país; o agravamento das condições sociais e a exigência de que o trabalhador produza cada vez mais sem atentar para a deterioração das condições de vida; o apelo de cada vez maior parte da população brasileira por um clima de liberdade; a necessidade de se exigir do governo que conceda nacionalidade aos filhos de nossos exilados, tudo isso forma o quadro da atual realidade. Essa realidade pediu, exigiu a lembrança daquele dia 18 de abril de 1945. Em Minas Gerais, com a presença da Presidente Nacional, logrou o M.F.P.A., com o apoio dos demais grupos democráticos da capital mineira, realizar manifestação apesar da tentativa de intimidação com ameaças de explosão de uma bomba colocada no local - Colégio Santo Antonio - e notícia da existência de ainda outras duas. As quase 1.200 pessoas superando o pânico ordeiramente dirigiram-se à sede do DCE reabrindo-se imediatamente a seção com a chamada de todos os banidos, presos políticos e exilados mineiros. Após o discurso da representante do Comitê Brasileiro pela Anistia, Abigail Barreto Paranhos, foram lidos outros manifestos além da carta de um exilado. Na mesma data, os presos políticos de Linhares em Juiz de Fora denunciaram as péssimas condições a que estão submetidos no presídio. As presas políticas, Norma Sá Pereira, Rosalice Magaldi Fernandes e Jessie Vieira de Souza, em manifesto enviado do presídio de Bangú, no Rio, enviaram seu apoio à luta pela anistia. Da mesma forma os presos políticos de Itamaracá, no Recife, enviaram manifesto onde fica patente as intoleráveis condições

carcerárias de Rholine Sonde Cavalcanti e Carlos Alberto Soares mantidos em regime de isolamento. Em São Paulo, o MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA e o Movimento Feminino do MDB promoveram ato comemorativo, na Câmara Municipal quando lembrando as anistias anteriores, falaram o Gal. Euryale de Jesus Zerbine - em sua primeira manifestação pública desde sua cassação em 1964 e o prof. Euzébio Rocha. Ao ato deram sua adesão: ADUSP, Comissão Pró UNE, Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira-Setor São Paulo, Convergência Socialista, DCE Livre Alexandre Vannuchi Leme da USP e DCE da PUC, encaminhando ainda moção de apoio, o Diretório do MDB-Butantã, através de sua presidência e Diretório Municipal de Campos de Jordão, SP. Em Salvador, as comemorações foram centralizadas na instalação do núcleo baiano do Comitê Brasileiro pela Anistia em que o historiador Hélio Silva promoveu debate em torno do tema "Tradição Histórica Brasileira de Anistia". Foram lidas também notas de apoio da Associação Brasileira de Imprensa e do ator e escritor Mário Lago e ainda sendo distribuída publicação do M.F.P.A. seção Bahia, contendo depoimentos de pessoas atingidas pelas leis de exceção, dentre as quais Osório Villas Boas, Afranio Lyra, Domingos Leonelli, Ariovaldo Matos e o ex-presos político Arthur de Paula. O Rio marcou a data com a instalação do MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA, em seção realizada no Instituto dos Advogados Brasileiros aberta pelo jurista Hermes Lima e contando com a presença de representantes da Sociedade Brasileira de Física, do Centro da Mulher Brasileira, do corpo docente da PUC, do poeta Thiago de Mello que teve seu poema Anistia, lido pela atriz Ítala Nandi perante cerca de 200 pessoas. Na ocasião foi distribuído o texto "Anistia" do advogado Aloisio Tavares Picanço, parecer aprovado por unanimidade pela OAB-Seção Rio de Janeiro. A seção Ceará do M.F.P.A. denunciou naquele dia as arbitrariedades contra os presos políticos da Penitenciária de Itamaracá e a demissão sem justa causa da integrante do M.F.P.A. naquele estado, M. do Socorro Saldanha e Silva de cargo público. Em Santa Catarina, o M.F.P.A. seção local logrou realizar atos alusivo na Assembléia Legislativa quando parlamentares do MDB - Miraci Derti e da própria Arena, Antonio Pichetti - além do advogado e jornalista Nelson Wedekin e do pastor William reivindicaram Anistia ampla e irrestrita. No Paraná, o Diretório Regional e o setor jovem do MDB paranaense lançaram nota de apoio à Anistia como parte das comemorações do 3º aniversário da Anistia de 1945. E em Brasília, nesta data encerrou-se a Semana da Anistia com pronunciamento do senador Marcos Freire.





O DIA DE ESQUECER ESTARIA MESMO CHEGANDO?

Chegou afinal o tempo de esquecer? Não ainda, certamente. Mas não seria ingênuo admitir-se que esse tempo se aproxima - talvez, quem sabe?, esteja bem perto. Os sintomas de mudanças estão evidentes, sobretudo nas últimas (inesperadas?) decisões do governo militar, obrigado a prometer que abriará mão do seu mais temível instrumento de exceção, o AI-5.

Devemos acreditar na sinceridade do governo? Bem, pelo menos uma coisa é certa: não lhe restam, a essa altura, muitas alternativas. E, depois, estamos num ano eleitoral. Mas nós, que lutamos por uma democratização real, com anistia ampla, sem adjetivos, sabemos que esses acenos pouco significam diante das marcas deixadas por quatorze anos de arbítrio e prepotência.

Por nós, falam esses números: os cassados, em todo o país, são hoje exatamente 4.682, além de 3.783 aposentados pelo AI-5 ou outros atos, de cerca de 200 presos políticos (alguns dizem 300), de 12 mil exilados e centenas de desaparecidos. Somente em Portugal vivem mais de 100 exilados. Como esquecer esses números? Sem a reintegração desses milhares de brasileiros, homens e mulheres, à vida do país, nada terá começado.

Os números foram retirados de um manifesto do Comitê Unitário de Luta pela Anistia, lançado em abril, na cidade de Porto Alegre, e ao qual logo aderiram 33 entidades gaúchas. Nele, a anistia é defendida como "o direito de todos os brasileiros viverem em sua pátria, participando da vida pública, buscando a solução dos problemas que nos afligem".

Esse, no entanto, é um direito que a intolerância política ainda recusa até às crianças. Como é o caso da menina Elise Diniz Reis Vieira, a quem o consulado brasileiro em Berlim negou registro, porque seu pai foi

banido do território nacional. Elise viveu (ou talvez viva ainda) sob a proteção do Escritório Francês de Refugiados das Nações Unidas.

Essa história, contada pela revista *Veja* de 7 de dezembro do ano passado, provocou irado editorial do insuspeito *Jornal do Brasil*. "(...) Nega-se, portanto, cidadania a um inocente. Condena-se uma criança à marginalidade legal, simplesmente porque seu pai cometeu delitos contra o Estado (...). Este é o exemplo mais grosseiro de uma política arbitrária, ilegal, desumana, que vem sendo conduzida em todo o mundo pelas embaixadas e consulados brasileiros. Cada diplomata manuseia uma lista de pessoas NSN (Nocivas à Segurança Nacional) e lhes nega documentos que, pela lei, os cidadãos têm o direito de exigir". Segundo ainda o jornal, "o cônsul, o embaixador e o ministro, bem como todos os funcionários anônimos dessa cadeia de prepotência, cumpriam ordens ontem, como as cumprem hoje e as cumprirão amanhã. Servem a qualquer regime. Infelizmente, já adultos sofrem de algum defeito da visão que não lhes permite perceber onde uma ordem pode entrar em choque com a consciência de um ser humano".

O caso de Elise não é o único. O escritor e jornalista Artur José Poener, que vive em Colônia na Alemanha Ocidental, promete, em carta a um amigo carioca, cuja cópia enviou ao Movimento Feminino pela anistia, "uma ampla realação". São inúmeras crianças, diz ele, que, "filhas de pais brasileiros, têm o seu registro recusado pelas nossas representações diplomáticas e estão carregando, assim, desde o berço, a qualificação de 'apátridas'".

Os adultos - banido ou mulher de banido -, também não estão em melhor situação, embora se diga que a posição do governo brasileiro passa por algumas mudanças





significativas nesse setor. "Por onde vamos, nos acompanha o ódio e a intolerância do governo", desabafa o jornalista José Maria Rabelo, um dos quatrocentos mineiros exilados, em depoimento ao mensário **De Fato**, de Belo Horizonte. Rabelo esteve no Chile, na Bolívia e agora vive na França. Pensa em voltar, claro, como todos os outros. "Estou certo de que voltaremos", diz. "Não tão breve como a gente pensava, mas muito mais cedo do que eles estão pensando".

A esperança de voltar é realimentada, diariamente, pelas notícias que chegam "das manifestações dos mais diferentes setores da vida nacional", como diz, também em depoimento a **De Fato**, um outro mineiro, o ex-líder sindical e deputado operário Sinval Bambirra. "(...) Os documentos da Igreja Católica (CNBB), dos estudantes, dos juristas ('Carta aos Brasileiros'), dos professores, dos artistas, jornalistas, intelectuais, das chamadas classes produtoras, dos trabalhadores, do MDB, de personalidades de renome na vida do país, políticos, de militares da reserva. Esses pronunciamentos chegaram até nós (Bambirra vive na Alemanha) e pudemos sentir sua profunda seriedade e justiça. São documentos que abrem uma clareira na selva, configurando um lampião na escuridão de uma noite tremendamente prolongada. Anima-nos muito o esforço feito pelo MFPA (Movimento Feminino pela Anistia)".

A luta tem sido, realmente, de todos os segmentos esclarecidos da sociedade brasileira. E as armas, muitas: a tribuna, as assembleias de classe, o Congresso, cartas aos jornais, cartazes, faixas e, por que não?, a poesia. E do núcleo do MFPA na Bahia, por exemplo, estes versos dedicados às mães que esperam o regresso de filhos exilados: "Oremos: Por um dia - o mais breve que possa vir! Quando todas as mães brasileiras tiverem em seus lares / a serena alegria da presença dos filhos, irmãos e pais, / para festejar o grande reencontro da Nação / em torno dos ideais da liberdade".

Na VII Conferência da Ordem dos Advogados do Brasil, realizada em maio, na cidade de Curitiba, o MFPA esteve presente. A anistia, que não constava do temário oficial, acabou sendo discutida nos trabalhos paralelos e recebeu moções, graças ao empenho da presidente nacional do movimento, Terezinha Zerbine.

Em entrevista coletiva, na própria sede do encontro, ela declarou: "Precisamos lutar por princípios, isto é, por justiça e liberdade. Queremos um trabalho imperativo de consciência. Liberdade é mais que um direito, é um dever. E nós devemos ter liberdade". A sra. Zerbine fez um apelo dramático ao presidente Ernesto Geisel, para que resolva pessoalmente o caso dos presos de Itamaracá, em Pernambuco.

O encontro de Curitiba, aliás, coincidiu com mais uma greve de fome dos presos de Itamaracá (a segunda em menos de um ano), que, dessa vez, receberam estímulos, em vigílias cívicas, manifestos, greves de estudantes, telegramas e declarações. Vieram adesões de quase todo o país.

Como da primeira vez, os presos denunciavam, com o seu protesto, o isolamento a que se encontravam submetidos dois companheiros, Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde Cavalcanti. "(...) Já por demais detalhado aos órgãos responsáveis pela nossa custódia" di-

ziam em carta endereçada ao juiz auditor da 7ª Circunscrição Judiciária Militar, "o problema atualmente se agrava com o período das chuvas, cuja incidência ou ameaça remota serve de justificativa para o bloqueio da saída de Carlos e Rholine para o pequeno espaço extracela a que teoricamente têm direito".

A greve de fome de Itamaracá (dezesesseis presos) sensibilizou os revoltados hóspedes de outros cárceres, em São Paulo (21), Rio de Janeiro (30), Salvador (4), Fortaleza (10) e Juiz de Fora (3), que também passaram a recusar a comida trazida pelos seus carcereiros. Os familiares dos pernambucanos chegaram a ir a Brasília, acompanhados de representantes de diversas entidades, como os núcleos do MFPA de São Paulo e do Rio. Foram recebidos pelo vice-presidente do Superior Tribunal Militar, ministro Jacy Guimarães Pinheiro.

Ao STF, a presidente do movimento, Terezinha Zerbine, endereçou na ocasião o seguinte telegrama: "O Movimento Feminino pela Anistia vem, respeitosamente, reiterar pedido feito no dia 8 deste mês a esse agosto tribunal, no qual afirmou que, levando-se em conta a pena imposta a Carlos Alberto Azevedo e Rholine Ca-



Flávio Tavares, exilado em Portugal

valcanti (prisão perpétua), a quebra do isolamento carcerário viria atender a justa aspiração. O rigor carcerário fere a consciência jurídica da Nação e a Declaração Universal dos Direitos Humanos".

O movimento dos grevistas acabou vitorioso. E, então, o MFPA congratulou-se com os presos e suas famílias, achando, no entanto, que não se devia "voltar as costas, depois disso, aos dias duros que o país vive". Sua proposta: os que "estão fora dos cárceres" deveriam manter-se vigilantes e organizados".

Também no Rio três presas políticas da Penitenciária Talavera Bruce, em Bangu, entraram em greve de fome, exigindo a sua transferência para o presídio da rua Frei Caneca. Seu protesto, igualmente, ganhou a solidariedade da opinião pública do país. Mas Jessie Jane Vieira de Souza, Norma Sé Pereira e Rosalice Magaldi Fernandes acabaram suspendendo a sua greve, depois de 20 dias internas no Hospital Central Penitenciário, denunciando a "insensibilidade do governo" frente à sua reivindicação. Reiteraram, no entanto, a sua firme disposição de continuar lutando.





PELA JUSTIÇA E LIBERTAÇÃO

No dia 18 de setembro de 1977 realizou-se o "ATO DE SOLIDARIEDADE" AOS INJUSTIÇADOS E OPRIMIDOS", organizado pelo Movimento Justiça e Libertação, formado por vinte entidades, entre as quais o MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA. O Ato congregou cerca de cinco mil pessoas no novo Santuário da Penha. Na ocasião, foi lido o documento "Pela Justiça e Libertação", elaborado pelas vinte entidades.

ANISTIA INTERNACIONAL GANHA NOBEL DA PAZ

No dia 10 de outubro de 1977, a Comissão Nobel do Parlamento Norueguês concedeu o Prêmio Nobel da Paz de 1977 à Organização Anistia Internacional.

A Comissão Nobel declarou: "Nos 30 anos que se passaram desde que se chegou a um acordo sobre a Declaração dos Direitos do Homem nas Nações Unidas, forças positivas, em muitos países, vêm lutando para cumprir estes ideais. Mas o mundo também testemunhou o aumento da brutalidade e a internacionalização da violência, do terrorismo e da tortura.

PRÊMIO NOBEL DE 1977 É UM BRADO DE ALERTA A TODAS AS TIRANIAS

No dia 11 de outubro de 1977, em sua fala na Câmara Municipal de São Paulo, o Dr. Flávio Bierrembach estendeu homenagem do Prêmio Nobel da Paz ao MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA: "A Anistia Internacional impôs-se, em apenas 16 anos, à admiração de todas as consciências livres por sua luta pelos postulados inscritos na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

A láurea máxima que acaba de lhe ser conferida, o Prêmio Nobel da Paz de 1977, alcança, certamente, a todos os homens de boa vontade, razão pela qual deve-se reconhecer que, no Brasil, este prêmio também pertence, moralmente, ao MOVIMENTO FE-

MININO PELA ANISTIA, criado em 1975 e dirigido, em São Paulo, por Dona Therezinha Godoy Zerbine, pregando igualdade, desenvolvimento e Paz.

Anistia é Paz e o Prêmio Nobel de 1977, que inscreve nas lápides da história o nome benemérito da Anistia Internacional, é um brado de alerta a todas as tiranias, é uma fonte de inspiração e de esperança para toda a humanidade".

MANIFESTO DOS ADVENTISTAS PROCLAMA POR NECESSIDADE DE ANISTIA

No dia 19 de março de 1978, os jovens da Igreja Metodista do Brasil, reunidos em Brasília no XVI Congresso da 5ª Região Eclesiástica, que compreende os Estados de Mato Grosso, Goiás, São Paulo e o DF, encerrando os seus trabalhos marcados pela confraternização que durou toda a Semana Santa, lançaram um manifesto em que declaram: "Acreditamos que a Igreja Metodista deve participar do movimento nacional pela pacificação da nossa vida política, colocando-se entre aqueles que proclamam a necessidade da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, para aqueles que não cometeram crimes contra a vida".

EM MANIFESTO À NAÇÃO, MFPA DENUNCIA ATENTADO DE GRUPO PARA-MILITAR

A assinatura da grande Anistia de 1945 foi comemorada por todos os Núcleos do MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA em todo o país. A Presidente Nacional do MOVIMENTO encontrava-se em Belo Horizonte para participar da manifestação pública organizada pelo Núcleo de Minas Gerais. A manifestação teve no entanto que ser interrompida, ante a comunicação de que havia uma bomba no recinto.

As 2 horas da madrugada do mesmo dia, o mesmo grupo pára-militar jogou uma bomba na casa de D. Helena Greco, Presidente do MOVIMENTO em Minas Gerais.

Diante de tal violência, lançou-se um Manifesto à Nação, repudiando

"este ato de violência, fruto do ódio e de cérebros doentios" e afirmando "sua posição de luta serena e corajosa, pelos presos políticos, exilados e seus filhos, às famílias atingidas pela excepcionalidade reinante no país, numa longa noite de trevas que já dura 14 anos".

Terminam o Manifesto clamando que "é hora de Anistia, hora de Paz, hora de volta ao Estado de Direito".

VII CONGRESSO DOS ADVOGADOS

"O regime está no banco dos réus".

"O fossô profundo e negro que separa o regime vigente da legalidade, da legitimidade, da Justiça - do estado de direito democrático".

Sendo a sede nacional do MFPA, São Paulo, em outubro de 1975 a sua Diretoria pediu uma moção pela Anistia à Secional Paulista.

Quando da outorga do Prêmio Nobel da Paz em 10 de outubro, abriu-se para nós novas perspectivas, pois o Prêmio da Paz conferido à Anistia Internacional por analogia e digamos por justiça, nos beneficiou.

A tese "Estado de Direito - Direitos Humanos e a necessidade de Anistia, defendida dia 9 de maio às 14 horas pela Presidente Nacional, foi aprovada por aclamação.

As conclusões da tese foram as seguintes:

1) Aplicação da Anistia como medida preliminar e essencial a uma abertura democrática consequente.

2) A Anistia é hoje um anseio nacional. Isto se verifica pelo apoio que ela tem recebido dos mais amplos setores da população brasileira, tais como: a Igreja, a OAB, entidades de classes, políticos, estudantes, intelectuais e trabalhadores. Neste contexto, o posicionamento deste Congresso em Favor da Anistia representará uma página histórica inesquecível da grandeza dos Advogados Brasileiros, aqui reunidos, que sempre serviram aos ideais do Povo Brasileiro.

3) O Futuro não é o resultado de um determinismo cego e inevitável. Os objetivos acima proclamados, para serem atingidos, necessitam tão somente da decisiva vontade e da consciente e corajosa participação dos Cidadãos Brasileiros.





A homenagem à mulher, no seu dia

O dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, é para nós um símbolo e um ponto de partida. 1975 foi o ano que assumimos nossos Direitos de Cidadãs e nos posicionamos perante a Nação e a História.

Desta maneira, e devido à sua importância, esta data é comemorada por todos os Núcleos do M.F.P.A.. O dia 8 de Março de 1978, foi assim comemorado pelos diversos Núcleos: São Paulo - comemorou na Câmara Municipal de São Paulo, em conjunto com várias entidades femininas, o Dia Internacional da Mulher. As representantes das entidades falaram por cinco minutos cada, e ao final, abriu-se para debates. Na Câmara Municipal, a Vice Presidente falou pelo M.F.P.A., pois neste mesmo dia a Presidente Nacional representou o Movimento no Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, lendo o documento elaborado pelo M.F.P.A.. O Presidente do Sindicato pediu que o mesmo fosse rodado, afim de ser lido na Assembléia que se realizaria no sábado seguinte. Um vereador do

M.D.B. fez o mesmo pedido, no sentido de ser lido o documento na tribuna da Câmara; o documento foi lido e transcrito em ata. O Jornal do ABC, deu destaque à nossa presença e transcreveu parte do documento.

Rio de Janeiro - O M.F.P.A. se somou aos demais grupos femininos e fez ouvir sua voz.

Belo Horizonte - organizou mesa redonda com uma dona de casa, uma operária, uma doméstica, uma profissional liberal e uma representante do M.F.P.A.

Florianópolis - comemorou na Assembléia de Florianópolis, com conferência da Dra. Marly Cardone, Prof. de Direito do Largo São Francisco, sobre o tema "A Mulher e o Trabalho".

Fortaleza - No Clube Náutico Atlético Cearense, o M.F.P.A. foi homenageado pela Associação Cívica Feminina com a promoção "Mulher mostra Mulher".

Rio Grande do Sul - comemorou o Dia com artigo da escritora Mila Cauduro no Jornal do Comércio, sobre a Mulher, mostrando a importância do seu trabalho na participação política.

Curitiba - participou em programa de televisão na pessoa de sua Presidente, Prof. Neide A. Lima.

Recife - na sede da OAB foi comemorado o dia 8 com mesa redonda sobre Anistia.

Bahia - participou levando a voz do M.F.P.A. pela televisão, além de organizar uma palestra.

SPBC

A luta dos cientistas

A reunião deste ano da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (julho, em São Paulo), comemorativa dos seus 30 anos, dedicará boa parte do seu tempo à análise das "cassações brancas", expressão com que o professor Silvio Salinas, livre-docente do Instituto de Física da USP, batizou a discriminação ideológica que atinge os cientistas brasileiros.

Segundo Salinas, as "cassações" têm atingido mais especialmente os físicos ligados às universidades federais.

- As restrições são tanto para bolsistas quanto para pesquisadores mais velhos e o número de prejudicados é grande e crescente. Há entre eles, inclusive, algumas personalidades da comunidade científica, cujos nomes deverão ser revelados na próxima reunião da SBPC.

Essa denúncia reforça o protesto do professor (História da Ciência) Simão Matias, também da USP, primeiro presidente da SBPC. Recentemente, ele afirmou:

- De 1934 a 1969, a USP manteve inteira liberdade de expressão de idéias e pensamentos. Infelizmente, daí em diante a universidade perdeu

muito, e hoje é uma instituição apática. Criou-se uma atmosfera em que não é permitida nenhuma contestação. E não pode haver espírito universitário onde não há completa liberdade de expressão.

Outro que tem se preocupado com essa situação do cientista brasileiro é o ex-reitor da Universidade Estadual de Campinas, professor Zeferino Vaz. Foi até mais longe, aliás, reclamando anistia para os cientistas banidos do país depois de 1964.

- Quando nada por ser pobre, o Brasil não pode dar-se ao luxo de exilar seus cientistas - disse Vaz.

A luta da SBPC contra essa discriminação não é de hoje. Na sua 28ª reunião, realizada em Brasília, em 1976, uma moção de protesto, apresentada pelo professor Carlos Guilherme Mota, da USP, foi aclamada com entusiasmo. E, por decisão da assembléia, acabou sendo ampliada, reclamando-se também uma anistia geral em favor de todos os presos políticos e cassados. Em 1977, a 29ª reunião, que deveria ter sido realizada em Fortaleza mas, por pressão do governo, acabou sendo transferida para São Paulo, a luta prosseguiu: a sessão plenária de encerramento

aprovou, por aclamação, de pé, uma moção pela anistia.

As reuniões anuais da SBPC cresceram sempre, tendo-se observado especial aumento nos últimos anos, exatamente uma reação, de apoio, às perseguições que a comunidade científica vem sofrendo. Mas a franqueza mantida nas reuniões, o rigoroso respeito à liberdade de pesquisa e de expressão, o enfoque cada vez maior dos problemas agudos da sociedade brasileira também explicam, em parte, esse crescimento.

As vésperas de sua 30ª reunião, dos meus 30 anos, a SBPC, segundo o seu presidente, o físico Oscar Sala, mantém a sua independência e os seus objetivos.

- Se teremos de nos manter com ou sem ajuda oficial é problema secundário. A SBPC atua e continuará a atuar com liberdade, pois só assim ela terá sentido.

Hoje, a entidade é a terceira do gênero no mundo. A seus encontros anuais acorrem milhares de pessoas e seus debates têm repercussão internacional. Mensalmente, ela edita uma revista, *Ciência e Cultura*.

Para a reunião deste ano há quase dois mil inscritos, mas Sala acredita que o número de participantes deverá ultrapassar o do ano passado - houve dias em que a SBPC reuniu cinco mil pessoas -, pois as inscrições ficam abertas até o início da reunião.



A POPULAÇÃO APRENDE A SÉR LIVRE EXERCITANDO A LIBERDADE

MQ - Como o senhor vê a luta pela anistia?

Dom Angélico - Vejo de forma muito clara e restrinjo de saída: especificamente para presos políticos, porque naturalmente ela poderia ser mais ampla. Penso na anistia para todos aqueles que, de alguma forma, foram atingidos pelo poder central: presos, exilados, deportados, banidos, aposentados. Assim concebida, a anistia deve ser ampla e total, por pelo menos quatro fatores: 1) Aqueles que foram alvo de medida punitiva não tiveram possibilidade de ampla defesa - há aí, portanto, uma injustiça de raiz. 2) Há que se admitir um estado de profunda injustiça reinante no país e os que se insurgiram contra, muitas vezes com métodos não aprováveis, podem ser colocados, pelo menos, em idêntica situação com aqueles que causam o atual estado de coisas - os causadores estão na classe que dirige o país e os punidos são os que se insurgiram. Assistimos, então, a uma situação totalmente inversa de valores, porque é tão violento pegar uma metralhadora e assaltar um banco por razões políticas, como fazer um trabalhador ter que ver os seus filhos morrendo de fome devido a um salário de opressão. 3) Neste país, os valores foram subvertidos a partir de cima: quem é mais culpado: réus ou juizes? 4) Todas essas medidas foram tomadas num clima fortemente passional e de inegáveis interesses grupais. Nesse contexto, a anistia nada mais será do que o reconhecimento de direitos profundamente lesados; há muitos inocentes que foram sacrificados, há um profundo dano pessoal e à nação. Nesse caso, a anistia é realmente um direito urgente. Para outros casos, poderia ter a conotação de perdão, como para aquele que durante um assalto a banco matou um guarda. Mas de todas as formas a anistia é um grande gesto de reconciliação, que só os corações realmente grandes são capazes, e não vejo nesse governo essa capacidade. Para isso, é preciso grandiosidade.

MQ - Os brasileiros, hoje, teriam um noção clara do que significa a anistia?

Dom Angélico - Nos nossos gru-

Dom Angélico Sândalo Bernardino é o bispo da Região Episcopal Leste-2 da cidade de São Paulo. É paulista de Piracicaba, onde nasceu a 19 de março de 1933.



pos mais conscientizados, quando se fala em anistia há uma aclamação. É corrente já a idéia de anistia. Para o comum do povo é uma idéia ainda a ser trabalhada. Faz parte de um trabalho de politização que deve ser feito. Sobretudo pelo fato de que: 1) quando se ouve falar em anistia pelo Natal é em benefício do preso comum, sinônimo então, de perdão a criminosos; 2) por outro lado, o governo faz questão de fazer passar os presos políticos como Presos comuns, há um interesse de confundir por parte do governo. Isso leva o povo a pensar que a anistia é uma graça que o governo concede. De saída, portanto, a idéia de anistia não é muito simpática, porque o povo tem medo de criminosos. O primeiro trabalho a ser feito é dissociar esses conceitos, essas realidades que são diferentes. E, na medida em que o povo começa a perceber que alguém está preso porque pretendeu liquidar uma situação de injustiça, o mínimo que tal pessoa tem no coração do povo é uma grande admiração. Um grande respeito. Vejo o processo de anistia como arte

de um processo global de conscientização. Quando um operário ou uma operária começa a falar e diz "por isso eu poderia ser preso", está ganhando para a anistia.

MQ - Como é pensado esse trabalho?

Dom Angélico - Recentemente, inauguramos o Centro de Defesa dos Direitos Humanos na região de São Miguel Paulista, cuja proposta básica é discutir os direitos humanos, divulgar a situação dos direitos na região, as violações, estimular lutas e mobilizações em torno da defesa dos direitos do povo. Enfim, desenvolver ações coletivas como as que já desenvolvemos. Tivemos, por exemplo, a luta pelas porteiiras nas passagens de trem, a luta contra o "Lixão" no Itaim. Pretendemos fazer um filme sobre a situação da saúde, mostrar como isso tem uma ligação direta com a atuação dos dirigentes. O Centro pretende catalizar tudo isso.

MQ - Na região houve algum caso de preso político?

Dom Angélico - Tivemos trabalhador preso, trabalhador torturado, no passado. Recentemente, não. Sempre que surgiram casos, nosso contato direto foi com a Comissão de Justiça e Paz.

MQ - Qual a postura das pessoas mais simples frente a esses casos?

Dom Angélico - É de medo.

MQ - E como trabalhar com o medo?

Dom Angélico - Temos que colocar gente ao lado de gente para perder o medo. O povo foi colocado numa casa mal assombrada e, contra isso, só a reunião e a organização. É a quebra do isolacionismo - mais gente dentro de casa. Através da união se consegue isso e, pela organização, se acende a luz. Eu quero dizer que sou um incondicional defensor da anistia. Por que essa minha atitude? É uma razão de fé. Coloquei minha vida toda por um homem que foi condenado, torturado e morto, e por motivos políticos. O Evangelho fala claramente. Tratava-se de alguém que vinha "subvertendo o povo". Ele foi anistiado no coração de todo aquele que crê. Seria muita imprudência a gente não se bater pela anistia, pelo problema dos presos políticos.



PELA PARTICIPAÇÃO POPULAR

Afinal, é preciso apresentá-lo. Quem é Weffort?

Francisco Correa Weffort é professor de Ciência Política na Faculdade de Ciências Sociais da USP, onde se formou em 1961. E também diretor do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cecdec).

MQ - Como vê a questão da anistia e a volta ao estado de Direito?

Weffort - A questão da anistia se coloca de maneira simples, havendo uma grande tradição brasileira de usá-la como uma forma de pacificação política. O problema hoje é de se encontrar as condições políticas para torná-la efetiva. Contudo, a relação com a volta ao estado de Direito é que não é tão simples. Primeiramente, é muito difícil pensar numa volta pura e simples à democracia de 1946. Isto não parece ser politicamente possível nem desejável, principalmente quando se sabe que a democracia de 46 era precária em vários sentidos. Na minha opinião, deve-se ter uma concepção nova do estado de Direito, à semelhança da sugestão que foi feita no Congresso da OAB, realizado em Curitiba. Isto é, a conquista de um estado democrático de Direito.

MQ - E como daríamos esse passo, na atual conjuntura brasileira?

Weffort - No caso da reivindicação de um estado democrático de Direito, três pontos são essenciais para a discussão. O primeiro deles diz respeito à participação popular. Essa participação, na democracia de 46, era promovida de cima para baixo, sob controle de grupos políticos e lideranças saídas de cima. O lugar legítimo da participação popular não era reconhecido na prática real da democracia de 46, ocorrendo apenas no curto período de 1945 a 46, e isto era proposto através do Partido Comunista. Em seguida, no período da guerra fria, e com a ilegalidade das esquerdas no Brasil, essa participação não era reconhecida, e quando ocorria era sob suspeição. Ou seja, povo na política é bom desde que seja liderado por gente que saiu da elite, na qual se confia. Esse é um ponto decisivo, isto é, a autenticidade da participação popular. Um segundo ponto trata da questão da organização sindical e, nesse caso, uma participação popular autêntica num processo democrático supõe sindicatos livres. Nossos sindicatos são dependentes do Estado, e só conseguiam ter alguma liberdade na medida em que se infringia a lei. E as leis sindicais no Brasil são essencialmente anti-democráticas. Um terceiro ponto diz respeito à necessidade de um reconhecimento explícito da legitimidade da participação popular no estado de Direito que venha a se criar, em todos os níveis em que a população esteja interessada em participar. Na democracia de 46, percebe-se que, quando a participação popular ia além de um certo limite, ela era

vista como ameaça de uma explosão. Portanto, a questão central do estado de Direito é de passar de uma concepção formal estritamente jurisdicista e parlamentar do que é participação democrática, para uma participação que envolva uma variedade de formas de participação popular. E aí entra a questão dos partidos, dos sindicatos e das demais organizações populares, que em todos os níveis deveriam ter a sua legitimidade reconhecida. Esses pontos são cruciais para que se fale num estado de Direito, sem que isso signifique uma volta ao passado. Acrescentando-se que o Estado brasileiro, desde 1964 e ainda mais depois de 1964, se tem feito um Estado com características evidentemente tecnocráticas. E, nesse caso, há de se controlar a tecnocracia. E os meios para isso são os partidos, os sindicatos e as diversas associações.

MQ - E como entende a questão do sindicato, dentro dessa amplitude de participação popular? Sindicato único ou pluralidade sindical?

Weffort - A questão do sindicato único ou da pluralidade sindical tem sido proposta, na História brasileira, de maneira muito definida. Quanto à pluralidade sindical, era a proposta dos grupos políticos que queriam dividir o movimento sindical, ainda que estivessem apoiados numa concepção liberal do sindicato. O sindicato único era proposto a partir da esquerda, preocupada com a unidade do movimento sindical, se bem que essa unidade estava sempre vinculada a um tipo de arranjo entre o movimento sindical e o Estado. O sindicato único no Brasil é, em grande medida, um produto da intervenção estatal no movimento sindical. No entanto, o problema hoje mudou de natureza. O problema atual, para os trabalhadores e para os grupos políticos interessados no movimento dos trabalhadores, é o de estabelecer uma unidade do movimento operário e do movimento sindical que não dependa do Estado. Do ângulo do movimento sindical, o que tem de ser reivindicado é a liberdade do Estado e a unidade sindical. É um grande engano pensar-se que a estrutura sindical atual é unitária. Ela só é unitária no sentido de que coincide, na sua ponta, com o Ministério do Trabalho e o Estado. Essa estrutura que aí está é uma divisão do movimento operário. E as greves que aconteceram recentemente são uma prova disso. Ou seja, por que os químicos de São Bernardo não se unem aos químicos de Osasco? Por que os metalúrgicos de São Bernardo não se unem aos qui-



micos de São Bernardo? Porque é ilegal dentro da lei. Trata-se, portanto de superar o dilema: unidade sindical subordinada ao Estado versus pluralidade sindical subordinada a uma direção liberal dos movimentos sindicais. Trata-se de ter liberdade sindical e unidade sindical. Esses dois objetivos vão juntos.

MQ - Qual o papel da Constituinte, enquanto instrumento de passagem para o estado de Direito? Será correta, hoje, essa palavra de ordem?

Weffort - Eu acho que há duas questões aí. Uma é saber se é necessária uma Constituinte para a passagem a um estado de Direito. Eu acho que sim. O sistema institucional brasileiro está de tal maneira complicado, que eu não vejo a alternativa de simplesmente declarar a abolição de tudo que foi feito de 1964 para cá, como também não vejo a alternativa de voltar à Constituição de 46. Nesse caso, uma Constituinte torna-se inevitável, para que se reorganize esse quadro institucional. O segundo ponto é saber se a palavra de ordem da Constituinte é oportuna ou não. Aí, minha opinião é que não se pode deixar de falar em Constituinte, nem na necessidade de uma Constituinte. Ela tem que ser proposta como um grande objetivo a ser atingido. Mas não pode ser a palavra de ordem que deve prevalecer no momento atual. E, sem dúvida, um objetivo inevitável, que tem de ser atingido num médio prazo. Contudo, outros objetivos de mais curto prazo podem prevalecer sobre a pa-

lavra de ordem da Constituinte.

MQ - E quanto à posição atual de alguns setores operários, de que devem afastar-se dos intelectuais, procurando caminhar com os seus próprios recursos?

Weffort - Essa é a questão mais importante, na minha opinião, quando se trata da organização de um movimento popular no Brasil. Há uma desconfiança generalizada entre os trabalhadores em face dos políticos e dos intelectuais, e eu acho que eles têm razão nessa desconfiança. Na realidade, eles sempre foram massa de manobra de intelectuais e políticos, sejam estes de esquerda ou de centro. Por outro lado, a política desenvolvida com relação aos trabalhadores não teve o devido respeito pelas peculiaridades do movimento operário. No entanto, essa suspeita por parte dos trabalhadores, embora legítima pelas suas raízes históricas, pode levá-los a um isolamento, no plano político, com prejuízo para eles próprios. Do meu ponto de vista, seria necessário, para a luta operária, que estivessem os trabalhadores vinculados a setores dos intelectuais e setores políticos, seja participando de partidos em comum, seja participando de alianças em comum. Caso contrário, numa repressão mais violenta eles todos serão esmagados. Cabe também aos intelectuais e políticos tomar consciência disso, perceber que há um amadurecimento maior por parte dos trabalhadores, uma independência de classe.

HISTÓRICO

MPFA, mais um ano de trabalho

Nestas páginas e nas seguintes um registro, dia a dia, da atividade do Movimento

JUNHO/77

No dia 3, durante a Semana da Democracia e Direitos Humanos, organizado pelo IEPES-SP, na Câmara Municipal, o M.F.P.A. fez parte da mesa e foi-lhe conferida a honra da abertura da noite e da semana.

No dia 7, na rampa de acesso ao Congresso Nacional, foi entregue à Sra. Rosalyn Carter, pela Presidente Nacional do M.F.P.A. uma carta, cuja cópia foi distribuída à imprensa nacional e internacional. No dia seguinte, todos os jornais do país deram farta divulgação.

No dia 20, o M.F.P.A. fez uso da palavra na Assembléia Legislativa de São Paulo, durante as "Jornadas pela Democracia".

JULHO/77

No dia 5, houve instalação da SBPC em São Paulo, com mulheres de vários Núcleos do M.F.P.A., tendo como objetivo a tentativa de moções pela Anistia, objetivo este que foi realmente alcançado, pois dia 11 a moção foi aprovada.

Dia 8, "O Pasquim" traz a entrevista concedida pela Presidente Nacional no dia 30, constituindo excelente divulgação para o M.F.P.A., com a

chamada de capa "A moda deste inverno é o medo, mas há quem prefira a Anistia".

No dia 13, durante CPI da Mulher, o M.F.P.A. se fez presente, dando sua participação.

AGOSTO/77

No dia 10, um grupo de advogados, a pedido da Presidente Nacional do M.F.P.A., trabalhou na porta do Fórum "João Mendes" de São Paulo, das treze às dezessete horas, colhendo assinaturas em uma petição por Anistia, ao mesmo tempo em que pediam ao Presidente do Conselho Geral da OAB que se posicionasse no mesmo sentido. Foram colhidas 500 assinaturas, entre juiz, promotor, desembargador, e na sua maioria bacharéis.

No dia 11, no pátio interno da tradicional faculdade de Direito do Largo de São Francisco, o M.F.P.A. esteve presente no lançamento da "Carta aos Brasileiros", fazendo parte da mesa simbólica, visto a cerimônia ter se realizado no pátio da Faculdade.

SETEMBRO/77

No dia 7, a Direção Nacional, por considerar da maior importância fazer uma exortação a que todos pen-

sassem na realidade do quadro político nacional, pede reflexão para o momento histórico que vivemos. Vide documento neste Maria Quitéria.

No dia 26, o M.F.P.A., juntamente com a Associação dos Professores da PUC, Associação dos Docentes da USP, Comissão de Justiça e Paz, Comissão de Mães por Direitos Humanos, assinaram documento repudiando a invasão da PUC de São Paulo.

OUTUBRO/77

No dia 8, participamos de trabalho conjunto com Movimentos Femininos de São Paulo, coordenado pelo Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira - Setor SP, para a comemoração da Semana da Criança.

No dia 15, foi feito um show em Salvador, "A Noite pela Liberdade". Vide noticiário neste Maria Quitéria.

No dia 24, marcamos presença na Assembléia Legislativa de São Paulo na reunião para discussão da Constituinte. Fomos uns dos oradores da noite, na qualidade de entidade engajada na luta pela Constituinte, uma vez que nos antecedemos ao próprio MDB nesta luta.

No dia 26, assinamos documento em conjunto com outros Movimentos Femininos, dando solidariedade à greve





de fome das presas do Talavera Bruce.

NOVEMBRO/77

No dia 9, o Presidente da Anistia Internacional, Thomas Hammenberg, fez visitas e entrou em contacto com personalidades e entidades paulistas, acompanhado da Presidente Nacional do M.F.P.A. Este acompanhamento tomou ainda os dias 10 e 11. No dia 15, a Presidente Nacional se fez presente ao Rio para se despedir e acompanhar no embarque o Presidente da Anistia Internacional.

No dia 22, o M.F.P.A. marcou presença falando na Faculdade de Direito da PUC de Belo Horizonte.

No dia 25, na sede da Assembléia Legislativa de Florianópolis, foi lançado o Núcleo de Santa Catarina.

DEZEMBRO/77

No dia 2, foi feita uma Vigília em solidariedade dos direitos humanos dos presos de Itamaracá, na Igreja Boa Vista, com a participação do M.F.P.A. e demais organizações afins.

No dia 6, na sede da ABI, o M.F.P.A. participa da comemoração da assinatura da Carta dos Direitos Humanos, tendo sido um dos organizadores.

Dias 8, 9 e 10, teve lugar o 1º ENCONTRO NACIONAL DE ANISTIA.

No dia 15 participamos do Dia Nacional de Saúde e Democracia, no auditório do TUCA e, junto com mais de 20 entidades, compusemos a mesa.

No dia 19 houve o show do M.F.P.A. de São Paulo - "Noite da Liberdade", com 300 pessoas presentes. Todo o trabalho foi doado pelos artistas, e houve apresentações de artistas novos de real valor, e o show contou com a participação de Gonzaguinha, vindo especialmente do Rio.

No dia 21, houve eleição da nova Diretoria de São Paulo. Foi reeleita como Presidente Nacional a Sra. Therezinha Godoy Zerbine, como Vice-Presidente Margarida Naves Fernandes, como Secretária Geral Maria Bernadete Fernandes de Oliveira e como Tesoureira Norma Silva Telles do Valle.

JANEIRO/78

No dia 1º, a convite da Loja Maçônica Pitágoras, o M.F.P.A. em ecumenismo com budistas, protestantes, espíritas, sacerdote católico e rosacruzes, nos confraternizamos pelo Dia da Paz e cada qual, dentro de sua percepção, relembrou que a Paz é fruto da Justiça.

No dia 18, a revista "Mais" registra entrevista da Presidente Nacional do M.F.P.A. divulgando o trabalho de Anistia.

No dia 21, durante o Congresso da

Mulher Metalúrgica, o M.F.P.A. marcou presença e fez uso da palavra, pedindo que fosse tirada uma moção pela Anistia.

No dia 31, denunciámos prisão de Theodoro Chercoff na Polícia Federal

FEVEREIRO/78

No dia 27, o jornal Movimento traz uma entrevista intitulada "Por que lutam as Mulheres?". O M.F.P.A. se posicionou no campo da Liberdade, afirmando não ser crível que a mulher lutasse por sua liberdade sem primeiro lutar pela libertação da sociedade.

MARÇO/78

No dia 1º de março, todos os vereadores da Câmara Municipal de São Paulo, 13 do MDB e 8 da Arena, assinaram moção, de autoria de Flávio Bierrenbach, propondo ao Governo Federal a concessão de Anistia ampla e geral, "independente de qualquer providência preliminar", a todos punidos por atos de exceção.

No dia 14, a convite da Presidência da Câmara Municipal de Goiânia, o M.F.P.A. se fez presente e concedeu entrevista coletiva à imprensa.

No dia 15, foi feita uma palestra com a presença de 800 pessoas, seguida de debates.

No dia 16, foi dada uma entrevista ao jornal 5 de Julho, que cobre todo o Estado. No mesmo dia, em Brasília, o M.F.P.A. pede apoio ao Deputado Tancredo Neves para a Semana da Anistia, que seria de 11 a 18 de abril, o que foi prometido.

No dia 28, Dia do Protesto, a convite do Grêmio Politécnico, o M.F.P.A. realizou palestra sobre Anistia.

ABRIL/78

No dia 19, na Assembléia do Rio de Janeiro, a convite da Presidência, o M.F.P.A. fez parte da mesa nas comemorações do Aniversário do Dr. Getúlio Vargas e do 33º ano da assinatura da Anistia de 1945.

No dia 21, mandamos documento para a Loja Maçônica "Eterno Segredo", que homenageava Tiradentes. Dentro do espírito maçônico, Liberdade, Igualdade e Fraternalidade, nos unimos nesta homenagem.

MAIO/78

No dia 1º, Dia do Trabalho, o M.F.P.A. esteve presente no Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André. O M.F.P.A. fez uso da palavra. No documento elaborado pelo Sindicato, eles assumem a luta pela Anistia como preliminar de pacificação, e o primeiro passo para a redemocratização do país.

No dia 4, o M.F.P.A. e outras entidades afins promoveram Vigília de soli-

dariedade aos presos de Itamaracá, na Igreja de São Domingos.

De 7 a 12 realizou-se o VII Congresso dos Advogados em Curitiba. O M.F.P.A. esteve presente, e conseguiu a aprovação da Anistia.

No dia 8, a Presidente Nacional dá uma entrevista coletiva de imprensa fazendo apelo ao Presidente da República para que este interviesse pessoalmente no caso dos presos de Itamaracá.

A Presidente Nacional defendeu a tese Estado de Direito - Direitos Humanos e a necessidade de Anistia - aprovada por aclamação.

No dia 10, durante Ato Público pela Anistia, em apoio aos presos políticos em greve de fome, o M.F.P.A. se fez presente, fazendo uso da palavra. O Ato realizou-se no Largo de São Francisco, com a presença de 5.000 pessoas.

No dia 11, a Presidente Nacional fez palestra aos estudantes no Centro Acadêmico de Direito, onde foi realizada a reunião inicial para a formação do Comitê Independente dos Estudantes pela Anistia, em Curitiba.

No dia 12, a Presidente Nacional elabora e envia documento ao Comitê de Anistia de Londrina, saudando e louvando a iniciativa de se somar aos demais.

Na parte da tarde, na Plenária do Congresso, foi anexada a Anistia com o preliminar de pacificação.

No dia 12, em São Paulo, durante lançamento do Comitê de Anistia de S. Paulo, nossa Vice-Presidente Margarida Naves Fernandes representou a Direção Nacional, fazendo uso da palavra.

No dia 18, realizou-se palestra e debate sobre Anistia na Universidade de Campinas. Foi dada entrevista ao jornal de Campinas, Diário do Povo. A entrevista foi publicada no dia seguinte com destaque.

No dia 26, o M.F.P.A. enviou nota de solidariedade aos operários do ABC que se encontrava em greve.

JUNHO/78

No dia 2, a Presidente Nacional do M.F.P.A. foi paraninfa da turma de Comunicações da Fundação Armando Álvares Penteado.

No dia 9, o M.F.P.A. se fez representar em Santos na inauguração do Comitê de Anistia da Baixada Santista. Fizemos uso da palavra.

No dia 16, o M.F.P.A. foi convidado a proferir palestra sobre Anistia a um grupo formado por diversos setores da população de São Carlos. O grupo organizador da palestra, após a fala, convocou nova reunião para dinamizar o grupo embrionário. Presentes profissionais liberais, políticos, operários e estudantes.





“Caderno de Notícias”

Glênio Peres

CANÇÃO PARA A NOITE DO EXILADO



Brava Gente

Mulheres
sois perigosas
guerrilheiras desarmadas
De noite agitaís o sono
pesadelo dos tiranos
de dia agitaís o lenço
da paz pelos torturados
- De onde tirais a força
para lutar com palavras
e fé contra as ditaduras?
Por certo de vosso ventre
onde se gera a criança
livre que o mundo terá
Quando não houver mais exílios
nem prisioneiros de idéias
algozes espancadores
espiões da violência
exploradores de homens
- Que fareis, bravas mulheres?
Descansareis da guerrilha
pela Anistia no mundo
embandando em vossos braços
os filhos da Liberdade.

É preciso
mais: é absolutamente necessária
alguma experiência de saudade
acrescentada à possível sensação
de uma planta arrancada pelo caule
E não seria demais
a lembrança dos seios que perdemos
da mãe e das amadas para o tempo
Para entender-se o exílio
há que um dia ter-se dormido
sob um lençol de céu
que não é nosso
e sobre uma terra
colchão que não é ventre
Ave submarina
um ser fora do cosmos
árvore no ar
barco no chão
ou feto na proveta
assim morrem na vida
os exilados
Muitos há suspirando pelo fim
- tarifa que lhes cobram para a volta -
outros contam o tempo em grãos de angústia
chorados na ampulheta da saudade
Mas sabemos:
estão todos acordados
enquanto nós
os exilados que ficamos
fazemos para eles
a cama do regresso.

